



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
21 DE ABRIL DE 2015

N.º 09/2015

PRESIDÊNCIA: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel  
Motas Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 Horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----

**SUMÁRIO**

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

|  |    |
|--|----|
| 1 – Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2014.....  | 4  |
| 2 – Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades mais Relevantes 2015 – Revisão.....  | 6  |
| 3 – Apoios Pontuais à Freguesia de Alvações do Corgo e à União de Freguesias de Louredo e Fornelos – Comparticipação Financeira - Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo..... | 8  |
| 4 – Alteração do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – Rectificação.....  | 10 |

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

|  |    |
|--|----|
| 5 – Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de Bebidas – Requerente: Ana Paula dos Santos Cardoso Silva..... | 11 |
|--|----|

**Tesouraria**

|  |    |
|--|----|
| 6 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de abril de 2015 ..... | 12 |
|--|----|

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

|  |    |
|--|----|
| 7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Filipa Isabel da Rocha e Castro de Sá Guerra – Sever... ..  | 13 |
| 8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Bazília Fernandes de Miranda – Sever.....   | 15 |
| 9 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: José Henrique Oliveira Lopes Osório – União de Freguesia de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane..... | 17 |
| 10 – POVT-65-2014-88 - Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas.....   | 19 |
| 11 – Alargamento da Rua de Vila Maior – Indemnização.....  | 20 |



|   |    |
|---|----|
| <b>DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO</b>   |    |
| 12 – Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015.....   | 22 |
| 13 – Universidade Júnior – Universidade do Porto – Protocolo de Colaboração – Entre o<br>Município de Santa Marta de Penaguião e Universidade do Porto..... | 23 |
| 14 – Dia Mundial da Criança.....  | 24 |
| 15 – Fábrica da Igreja de Medrões – Pedido de Comparticipação Financeira.....   | 24 |
| 16 – Concurso de Poesia – Pedido de Autorização de Despesas.....  | 25 |
| 17 – Concessão do direito de exploração do Bar das Piscinas Municipais.....   | 26 |
| 18 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Acordo de Cooperação.....  | 26 |



## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão - 2014

- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
- “O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2014, reflectem a actividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião. -----
- Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a actividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das duas atribuições e competências. -----
- Aqueles documentos encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de Agosto de 2001. -----
- Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da actividade municipal. -----
- A gestão criteriosa dos recursos constituiu uma prioridade da acção do Executivo, elegendo a consolidação orçamental, a regularização das dívidas a fornecedores e a diminuição da dívida dos empréstimos a médio e longo prazos, que em relação ao ano anterior teve uma redução de 13,68% (469.556,32€), em detrimento de investimento. -----
- Os custos operacionais confirmam o rigor da actividade municipal, pautando-se por uma análise ponderada dos seus custos e benefícios sociais e económicos, resultando numa redução relativamente ao ano anterior de 374.930,60€, a que corresponde uma variação de -5,27%. -----

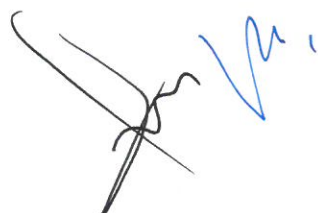




----- Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação do Executivo, os **Documentos de Prestação de Contas e Relatório** relativos ao ano financeiro de **2014**, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo. -----

----- Conforme o definido no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014 e que se apresentam são os seguintes: -----

- Balanço
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental:
  - Controlo orçamental (receita e despesa)
  - Resumo da Execução da Receita e da Despesa
  - Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
  - Execução anual do Plano de Actividades Municipal
  - Fluxos de Caixa
  - Contas de Ordem
  - Mapa de operações de tesouraria
- Anexos às Demonstrações Financeiras
  - Demonstração dos resultados financeiros
  - Demonstração dos resultados extraordinários
  - Activo Bruto
  - Amortizações e Provisões
- Modificações do orçamento (despesa)
- Modificações do Plano Plurianual de Investimentos
- Modificações do Plano de Actividades Municipal
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Transferências correntes e de capital (receita e despesa)
- Empréstimos e outras dívidas
- Outros documentos



----- Nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2014, de acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

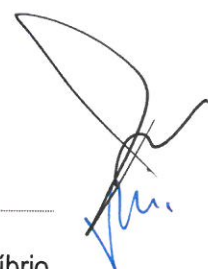
#### **Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades mais Relevantes 2015 – Revisão**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

----- O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2014, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflecte a execução orçamental. -----

----- Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra



estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão. -----

----- Por outro lado, a sua não utilização, poderia conduzir num determinado momento do ano económico, que as despesas orçamentais executadas, fossem superiores às receitas orçamentais cobradas. -----

----- Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 - Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, a Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais Relevantes 2015, de acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
*Sobre este ponto o Senhor Presidente da Câmara perguntou: “Como é possível em termos de gestão administrativa e financeira acolher o saldo do ano anterior. Entendemos que tal só é possível através de uma modificação do orçamento. Registamos o desconhecimento dos Senhores Vereadores do PPD/PSD em matéria de gestão administrativa e financeira.* -----





**Apoios Pontuais à Freguesia de Alvações do Corgo e à União de  
Freguesias de Louredo e Fornelos – Comparticipação Financeira -  
Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo**

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, bem como o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

----- Dispõe o artigo 7.º do Anexo I daquela Lei que constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, em articulação com os municípios, designadamente nos domínios de equipamento rural e urbano, abastecimento público, educação, cultura, tempos livres e desporto, cuidados primários de saúde, acção social, protecção civil, ambiente e salubridade, desenvolvimento, ordenamento urbano e rural e protecção da comunidade, bem como o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e nos termos previstos na lei. -----

----- Para a prossecução dessas atribuições as juntas de freguesias dispõem das competências elencadas no artigo 16.º daquele Anexo e concretamente a competência para executar, por empreitada ou administração directa, as obras que constem das opções do plano e dos documentos previsionais aprovados pela assembleia de freguesia (al.ª f), n.º 1). -----

----- Por outro lado, o n.º 1 do artigo 23.º do mesmo diploma, estabelece que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, em articulação com as freguesias. -----

----- Atendendo o papel relevante desempenhado pelas Juntas de Freguesia na prossecução do superior interesse público municipal, afirmado nas atribuições e competências que lhe estão investidas em domínios bastante diversificados, e a escassez de meios financeiros e outros à sua disposição, é inevitável a atribuição de apoios por parte do Município aos investimentos que aquelas se propõem realizar. -----

----- Neste quadro, enquadram-se os pedidos de apoio, por parte da Câmara Municipal, das seguintes Freguesias: -----





----- 1 - Junta de Freguesia de Alvações: - Requalificação do Santuário de Nossa Senhora de Fátima – 10.000,00€; -----

----- 2 - União de Freguesias de Louredo e Fornelos: Praia Fluvial de Fornelos (Sistema de rega e Instalações sanitárias) – 4.407,00€. -----

----- Ora, no atual quadro jurídico compete, à Assembleia Municipal *“deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”*, nos termos da al.ª j), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Acresce que encontra inscrito no Plano de Atividades Municipal para 2015, o Projecto/acção n.º 25/2015 - 02/08.05.01.02 - Freguesias – Contratos Interadministrativos - Investimentos. -----

----- Assim, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à consideração do Executivo Municipal: -----

----- a) A aprovação dos montantes de 10.000,00€ e de 4.407,00€, a transferir para a freguesia de Alvações do Corgo e para a União de Freguesias de Louredo e Fornelos, respectivamente; ---

----- b) Aprovação da minuta dos contratos a celebrar entre o Município e as respetivas Freguesias, de acordo com o clausulado constante do documento anexo, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Submeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na al.ª j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

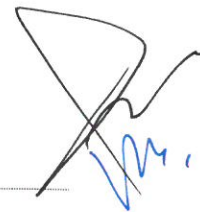
----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, os montantes a transferir para a Freguesia de Alvações do Corgo e para União de Freguesias de Louredo e Fornelos, bem como a minuta dos Contratos a celebrar com as respetivas Juntas de Freguesias e submeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos no disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



**Alteração do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do  
Alto Douro Vinhateiro – Rectificação**

- 4 - Presente à reunião um ofício do Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Douro, do seguinte teor: -----
- “Na sequência de uma análise detalhada do volume 2 da proposta de alteração ao PIOTADV, foi detetada uma incorreção na alínea e) do ponto 3.4.2 (página 15 do documento). Assim, onde se lê “e) A plantação de vinha em encostas com declive superior a 50 % é interdita;” deve ler-se “e) A plantação de vinha em encostas com declive superior a 50 % é interdita, salvo quando a parcela de destino estiver ocupada por vinha ou olival armado com muros ou, ainda, por mortórios;”. -----
- “Considerando que nalgumas situações o documento já foi submetido e aprovada em Assembleia Municipal, solicitava que, por uma questão de segurança jurídica, que esta correção fosse submetida à aprovação da próxima Assembleia Municipal, a realizar este mês de Abril.” -----
- “Relativamente à questão suscitada pela redação da alínea f) do mesmo número (página 15 do documento) as entidades de tutela (CCDRN e DRAPN) consideram não ser possível retirar da redação do artigo a necessidade de justificação da alteração da armação do terreno de patamares estreitos para patamares largos.” -----
- “A proposta é de que estando previsto no ponto 3.1.4 (página 14) que o grupo coordenador permanente previsto na RCM 4/2014, de 10 de janeiro, assegurará a aprovação das orientações e das ações necessárias à boa execução e fiscalização do PIOTADV, seja emitida uma recomendação no sentido de que nos casos em que haja uma intenção de não aceitação da justificação apresentada e nos casos de plantação de vinha em encostas com declive até 40% em patamares largos, antes da proposta final deve ser obtido parecer vinculativo do grupo coordenador permanente. “ -----
- “Desta forma antes de qualquer decisão desfavorável o grupo coordenador permanente (onde tem assento, entre outros, a CIM, a DRAPN e é presidido pela CCDRN) terá de ser ouvido e de pronunciar acerca do assunto, permitindo assim evitar uma eventual discricionariedade de atuação dos técnicos.” -----
- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a retificação, da alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro e**





submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de  
Bebidas – Requerente: Ana Paula dos Santos Cardoso Silva**

- 5 – Presente à reunião requerimento da Senhora Ana Paula dos Santos Cardoso Silva, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento, sito na Quinta da Corredoura, freguesia de União das Freguesias de Lorigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, deste Concelho, sobe com informação dos Serviços com o seguinte teor: -----
- “De acordo com o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e no que concerne aos Estabelecimentos de Bebidas, podem funcionar entre as 6 horas e as 24 horas, durante todos os dias da semana exceto aos sábados e em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos em que será permitido o funcionamento até às 2 horas do dia imediato, conforme determina o artigo 4º daquele Regulamento. -----
- No artigo 10º diz que a Câmara Municipal pode alargar os limites horários destes estabelecimentos, a requerimento dos interessados e devidamente fundamentados, estabelecendo para o efeito determinados requisitos. -----
- Assim, foi apresentado pedido de alargamento de horário, das 24h às 2h da manhã todos os dias da semana, em nome de **ANA PAULA DOS SANTOS CARDOSO SILVA**, exploradora do Estabelecimento de Restauração e Bebidas, sito na Quinta da Corredoura, freguesia de União das Freguesias de Lorigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, deste Concelho. -----
- Foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de União das Freguesias de Lorigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane que emitiu parecer favorável à pretensão requerida e à GNR que não vê inconveniente no funcionamento do estabelecimento, conforme o solicitado, desde que se encontrem salvaguardados os incómodos provocados aos cidadãos residentes, pelos ruídos

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 9 de 21 de abril de 2015**



produzidos não só no interior do estabelecimento como também nas imediações, cabe ao Executivo Camarário autorizar ou não o alargamento do horário deste estabelecimento." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o alargamento do horário das 24h às 2horas da manhã todos os dias da semana, de acordo com a informação dos serviços.** -----

**Tesouraria**

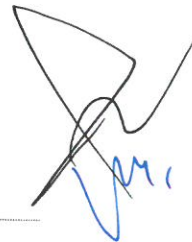
**Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de abril de 2015**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

| RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA |              |              | Data:                      | 16/04/2015   |
|----------------------------|--------------|--------------|----------------------------|--------------|
| Recebimentos               |              |              | Pagamentos                 |              |
| Saldo do dia anterior:     |              | 629 543,26   | Despesas Orçamentais (*)   | 2 022 026,20 |
| Execução orçamental        | 603 477,80   |              | Correntes                  | 1 129 147,63 |
| Operações de tesouraria    | 26 065,46    |              | Capital                    | 892 878,57   |
|                            |              |              | (*) Compromissos           | 8 061 350,56 |
| Receitas Orçamentais       |              | 2 418 320,75 | Operações de tesouraria    | 117 997,99   |
| Correntes                  | 1 813 639,86 |              | Saldo para o dia seguinte: | 1 013 634,44 |
| Capital                    | 604 680,89   |              | Execução orçamental        | 999 772,35   |
| Operações de tesouraria    |              | 105 794,62   | Operações de tesouraria    | 13 862,09    |
| Total                      |              | 3 153 658,63 | Total                      | 3 153 658,63 |

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----





## DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo  
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Filipa  
Isabel da Rocha e Castro de Sá Guerra – Sever**

----- 7 – Presente à reunião requerimento da Senhora Filipa Isabel da Rocha e Castro de Sá Guerra na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, a Sr.ª Filipa Isabel da Rocha e Castro de Sá Guerra, na qualidade de proprietária, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

---- Prédio rústico, sito no lugar da Vinha da Porta, com a área de 30.137 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 447-B, da Freguesia de Sever, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1735. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos



urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

---- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

---- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

| Artigo | Plano Vigente | Classificação de acordo com as plantas   |
|--------|---------------|--|
| 447-D  | PDM           | O prédio rústico insere-se em Espaços de Expansão predominantemente habitacional de nível II |

---- 2.3. Especificidades do pedido -----

---- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente constituir compropriedade na proporção ½ indiviso no prédio rústicos infra para cada um dos seguintes: Filipa Isabel da Rocha e Castro de Sá Guerra e Emídio Jorge Monteiro da Gama. -----

---- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

---- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo 447-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

---- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

---- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----





**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo  
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Bazília  
Fernandes de Miranda – Sever**

----- 8 – Presente à reunião requerimento da Senhora Bazília Fernandes de Miranda, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. ----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr.ª Bazília Fernandes de Miranda, na qualidade de proprietária, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de doação dos prédios que passo a descrever: -----

----- 1/2 indivisos do prédio rústico, sito no lugar do Vale de Lobato, com a área de 750 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 61-D, da Freguesia de Sever, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 774; -----

----- 1/2 indivisos do prédio rústico, sito no lugar do Vale de Lobato, com a área de 500 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 62-D, da Freguesia de Sever, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 773. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos



urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

| Artigo | Plano Vigente | Classificação de acordo com as plantas          |
|--------|---------------|---|
| 61-D   | PDM           | O prédio rústico insere-se em Espaços Agrícolas |
| 62-D   | PDM           | O prédio rústico insere-se em Espaços Agrícolas |

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente aumentar o n.º de compartes na proporção de 1/8 indivisos nos prédios rústicos infra para cada um dos seguintes donatários: Celeste Conceição da Silva Mesquita Fernandes, Cecília da Silva Mesquita Pinto da Silva, António Tavares Pinto da Silva e Eduardo Joaquim Tavares Pinto da Silva. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a ampliação de compartes no artigo 61-D e 62-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----





**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: José Henrique Oliveira Lopes Osório – União de Freguesia de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane**

----- 9 – Presente à reunião requerimento do Senhor José Henrique de Oliveira Lopes Osório, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. ----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr.º José Henrique de Oliveira Lopes Osório, na qualidade de proprietário, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- ½ indiviso do prédio rústico, sito no lugar da Quelha, com a área de 3656 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 356-2A, da União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 475. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 9 de 21 de abril de 2015**



----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se:-----

| Artigo | Plano Vigente | Classificação de acordo com as plantas  |
|--------|---------------|---|
| 356-2A | PDM           | O prédio rústico insere-se UOPG7 - Espaços de Expansão predominantemente habitacional de nível II |

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente aumentar o n.º de compartes na proporção 1/4 indiviso no prédio rústico infra para cada um dos seguintes donatários: Maria Ilda Gonçalves da Costa e Richard Maurice Ernest Laville.

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando ampliação de compartes no artigo 356-2A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----





**POVT-65-2014-88 - Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas**

----- 10 – Presente à reunião proposta do senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "I – JUSTIFICAÇÃO. -----

----- Na sequência da decisão favorável de financiamento POVT-12-0765-FCOES-000030 - IluPub Douro - Melhoria de Eficiência Energética na Iluminação Pública no Douro, e tendo em consideração a obrigação de partilha de poupanças constante no Aviso referido em epígrafe, que estabelece que o beneficiário deve entregar ao Fundo de Eficiência Energética um montante de partilha que não pode ser inferior a 50% do valor do montante de apoio comunitário concedido; -----

----- Nos termos do disposto na alínea h) do artigo 4.º do Regulamento, o FEE é definido como sendo o fundo nacional de partilha de poupanças onde serão anualmente entregues, pelos beneficiários dos apoios à eficiência energética na iluminação pública, as percentagens das poupanças anuais fixadas nos contratos de financiamento celebrados entre os beneficiários e a Autoridade de Gestão do POVT; -----

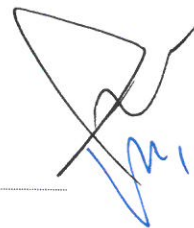
----- O n.º 7 do artigo 10.º do Regulamento prevê a entrega ao FEE, pelos beneficiários dos apoios à eficiência energética na iluminação pública aprovados no âmbito do referido Regulamento, de uma percentagem mínima de 60% da poupança líquida anual; -----

----- O prazo durante o qual deve ser concretizada a partilha da poupança líquida é de 61 meses, iniciando-se imediatamente após a entrada em operação do investimento, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 10.º do Regulamento, ou seja, os seus efeitos práticos tem lugar a partir de 1 de Janeiro de, 2016, dado a exigência do POVT em a operação estar física e financeiramente terminada até 31/12/2015. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto enunciadas, tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal, que aprove: -----

- A minuta do contrato a ser celebrado entre a Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, enquanto entidade gestora, na vertente técnica, do fundo de eficiência energética, e o Município de Santa Marta de Penaguião, que consta em anexo; -----
- A remessa da presente proposta à reunião da Assembleia Municipal para



aprovação da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao (s) contrato (s) a celebrar, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar de o montante total da partilha a entregar ao FEE corresponde a 50,49% do apoio financeiro concedido, no montante de 89.290,69€ (oitenta e nove mil duzentos e noventa euros e sessenta e nove centimos), tal como resulta da Decisão de Financiamento. O montante total anual de partilha a entregar pelo Município ao FEE não poderá ser inferior a 60% da poupança líquida anual estimada em sede de aprovação da operação em causa, sendo o respetivo montante fixado em 17.565,38 €/ano (dezassete mil quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e oito centimos/ano), tal como resulta da Decisão de Financiamento." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

a) A minuta do contrato a celebrar entre a Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e o Município de Santa Marta de Penaguião. -----

b) Submeter à Assembleia Municipal para aprovação da autorização, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

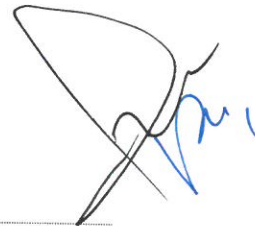
#### **Alargamento da Rua de Vila Maior – Indemnização**

----- 11 – Presente à reunião proposta do senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "I – JUSTIFICAÇÃO. -----

----- Considerando que, nos termos do disposto na alínea a), do nº2, do artigo 23º, sob a epígrafe "Atribuições do Município", do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições para as autarquias locais os municípios dispõem, entre outras, de atribuições na área do equipamento rural e urbano. -----





----- Considerando que, a curto prazo, o Município de Santa Marta de Penaguião, almeja executar a obra pública "Alargamento da Rua de Vila Maior". Para possibilitar esse alargamento nas condições pretendidas pelo Município, torna-se necessária a eliminação da parede da edificação voltada para o lado desse mesmo arruamento, sito no lugar de Penedo, dita freguesia de S. João de Lobrigos. O prédio urbano inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1167 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o nº1683, propriedade de Gabriel Cardoso Ferreira e mulher Sónia Maria de Sousa Lucas Ferreira. -----

----- Neste quadro, procedeu-se às negociações institucionais com os proprietários do artigo urbano supra, tendo sido acordado as seguintes condições plasmadas no quadro abaixo: -----

- Os proprietários autorizam o Município a proceder à demolição da referida parede e à integração do respectivo espaço de implantação no domínio público, ou seja, passando a fazer parte do aludido arruamento; -----
- A autorização é conferida com a condição de, conforme já acordado entre os signatários e o Município, este lhes pagar a quantia de 2.000€ (dois mil Euros) a título de compensação/indemnização; -----
- Com o recebimento dessa quantia, os signatários declaram expressamente nada mais exigir ou reclamar pelo prejuízo /desvalorização do seu identificado prédio urbano. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao Executivo Camarário, que: -----

- Autorize o pagamento da indemnização no valor de 2.000 € (dois mil euros), para ressarcir os proprietários pela demolição da referida parede e à integração do respectivo espaço de implantação no domínio público, fazendo parte integrante do aludido arruamento. -----
- Aprove a minuta de declaração, anexa, a subscrever pelos proprietários logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito ---



----- A presente despesa está prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor, no objetivo 3.3.1, com a e projecto número/ação 54/2015 com a classificação económica 02/07.03.03.13. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização, bem como, a minuta da declaração, nos termos da proposta.** -----

## **DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

### **Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015**

----- 12 – Presente à reunião proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O apoio aos alunos e suas famílias, em particular as mais carenciadas, tem sido uma prioridade da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião que procura desenvolver ações que fomentem a educação e o ensino. Consciente das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho e que podem constituir obstáculo à prossecução do percurso formativo dos seus membros, a autarquia procedeu no passado dia 11 de abril à atribuição de 50 bolsas de estudo a alunos universitários, num investimento global de 25 mil euros. -----

----- Da análise processual efetuada pelos serviços, o candidato Fernando Luís de Carvalho Cardoso, a frequentar o curso de Teologia na Universidade Católica Portuguesa, foi excluído de acordo com o estabelecido na alínea b) do artigo 14.º, em conformidade com a alínea c) do número 1 do artigo 7.º do regulamento municipal, por frequentar uma universidade particular. Este candidato foi notificado da intenção de indeferimento da candidatura e, nos termos do artigo 72.º, conjugado com o artigo 101.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo no entanto havido pronúncia por parte do candidato notificado em tempo útil. -----

----- Todavia, o candidato em questão veio alegar presencialmente e por escrito no passado dia 06 de abril, que, apesar de frequentar o ensino particular, o curso no qual se encontra matriculado, apenas existe na Universidade Católica, pelo que, para seguir os seus objetivos de





vida, não poderá optar por nenhuma outra universidade portuguesa que não aquela em que se encontra matriculado. Alegou ainda que, em virtude dos seus estudos e atendendo ao fato de vir espaçadamente passar os fins-de-semana com os seus pais, não lhe foi possível tomar conhecimento do conteúdo da notificação que lhe foi enviada, nem de se deslocar aos serviços municipais em tempo útil. -----

----- Atendendo às justificações apresentadas pelo candidato à bolsa de estudo e à carência económica do agregado familiar em que se insere, proponho que, nos termos do artigo 17.º do regulamento municipal, a Câmara Municipal considere as justificações apresentadas pelo aluno Fernando Cardoso e delibere no sentido de lhe atribuir uma bolsa de estudo, no valor fixado este ano em 500 euros." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir a bolsa de estudo no ano letivo 2014/2015 no valor de 500,00€, de acordo com proposta apresentada.** -----

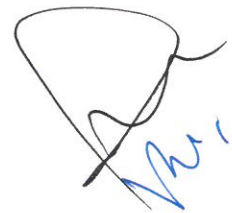
**Universidade Júnior – Universidade do Porto – Protocolo de Colaboração – Entre o Município de Santa Marta de Penaguião e Universidade do Porto**

----- 13 – Presente à reunião proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com a deliberação em reunião de câmara a 17 março, relativamente ao assunto Universidade Júnior da Universidade do Porto, concorreram às cinco bolsas 7 alunos, que preenchiam os requisitos exigidos. Neste sentido, atendendo que, aplicando os critério de seleção por ordem de prioridades, apenas dois alunos seriam excluídos, propõe-se que o Exmo. Executivo Municipal contemple mais duas bolsas para a participação na Universidade Júnior e aprove o protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade do porto e respetiva minuta anexa à presente ata.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, contemplar mais duas bolsas e autorizar a despesa no valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros), bem como, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Universidade**





Júnior – Universidade do Porto e o Município de Santa Marta de Penaguião. -----

### **Dia Mundial da Criança**

----- 14 – Presente à reunião proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “As crianças são o melhor que o mundo tem e delas depende o futuro do nosso concelho. ---

----- Assim, o município, à semelhança dos anos anteriores pretende assinalar o Dia Mundial da Criança proporcionando momento únicos de grande divertimento e animação, onde a alegria é palavra de ordem. -----

----- Para o efeito, serão organizadas um conjunto de atividades lúdicas, para todas as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, no Estádio Municipal, em colaboração com os professores das Atividades de Enriquecimento Curricular, no sentido de atribuir, a este dia, toda a dignidade que simbolicamente acarreta. -----

----- Neste contexto, propõe-se ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea d) do nº 2 do artigo 23º e na alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a autorização da despesa de 1.300€ para a realização das atividades propostas. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 1.300,00€ (mil e trezentos euros), nos termos da proposta. -**

### **Fábrica da Igreja de Medrões**

#### **– Pedido de Participação Financeira**

----- 15 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Medrões, registado sob o n.º 921 de 27 de março do corrente ano, dando conhecimento da pretensão da aquisição de alguns bancos para a Capela de Nossa Senhora de Fátima, de Fontelo, da Freguesia de Medrões, neste



sentido, solicitam à Câmara Municipal, uma comparticipação financeira, para minimizar as despesas inerentes à referida aquisição. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

#### **Concurso de Poesia – Pedido de Autorização da Despesa**

----- 16 – Presente Informação da Divisão da Educação, Cultura, Desporto, Ação Social e Turismo, com o seguinte teor: -----

----- “No sentido de promover a leitura e mais concretamente o gosto pela poesia, vai à Biblioteca Municipal levar a efeito da comunidade escolar do concelho o IV Concurso de Poesia. -----

----- No regulamento do concurso estão previstos prémios para o 1.º, 2.º e 3.º melhor poema do 2.º e 3.º ciclos e do secundário no valor de 270€ em livros a adquirir à livraria Osnofa de José Afonso Matos Castro Gonçalves, divididos da seguinte forma: 45€ para cada primeiro prémio, 30€ para cada segundo prémio, e 15€ para cada terceiro prémio que poderão ser classificados na económica 02.020115 – Prémios, condecorações e ofertas. -----

----- Assim, solicitava a V. Ex.<sup>a</sup>, a devida autorização para o cabimento da referida despesas de modo a que a secção de contabilidade possa em tempo oportuno efetuar os pagamentos das faturas apresentadas.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesas até ao valor de 270,00€ (duzentos e setenta euros), nos termos da informação dos serviços. -----



**Concessão do direito de exploração do Bar das Piscinas Municipais**

----- 17 – Presente à reunião proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "Uma vez que se aproxima a data de abertura das Piscinas Municipais exteriores, tal como tem sido hábito nos anos anteriores, torna-se necessário proceder à abertura de concurso para concessão e exploração do bar das piscinas. -----

----- Assim, face ao exposto proponho que o Executivo Municipal delibere sobre a abertura do concurso, fixe o preço base de licitação do mesmo, bem como aprove o Caderno de Encargos." -

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso para concessão e exploração do bar das piscinas, respetivo Caderno de Encargos e fixar o preço base de licitação em 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).** -----

**A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento**

**– Acordo de Cooperação**

----- 18 – Tendo em conta que na reunião de Câmara realizada no dia 18 de fevereiro do corrente ano, foi deliberado atribuir uma comparticipação financeira à A2000 - Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, para a execução de duas ações: "Oficina dos Sorrisos" e "Espaços de Convívio" mediante a celebração de um Acordo de Cooperação. -----

----- Nesta conformidade, propõe-se a aprovação do Acordo de Cooperação, anexo à presente ata. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Acordo de Cooperação a celebrar entre a A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento e o Município de Santa Marta de Penaguião.** -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 9 de 21 de abril de 2015**

---

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:25 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)